



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
Pró-Reitoria de Administração - PROAD  
Departamento de Projetos, Contratos e Convênios - DPC  
Av. Desembargador Vitor Lima, nº 222, 8º andar, Prédio da Reitoria 2  
Bairro Trindade – Florianópolis/SC – CEP 88.040-400  
CNPJ/MF nº 83.899.526/0001-82  
Telefone: (48) 3721-4236  
Website: [dpc.proad.ufsc.br](http://dpc.proad.ufsc.br) - E-mail: [dpc.proad@contato.ufsc.br](mailto:dpc.proad@contato.ufsc.br)

DIGITADO  
CONTRATOS/PROAD/DPC



CONTRATO Nº 264/2017

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA  
CATARINA E A EMPRESA HURGE  
EMPREITEIRA EIRELI – EPP**

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autarquia educacional criada e integrada ao Ministério da Educação (MEC) pela Lei nº 3.849, de 18/12/1960, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.899.526/0001-82, com sede no Campus Universitário, Bairro Trindade, nesta Capital, representada pelo Pró-Reitor de Administração, Sr. Jair Napoleão Filho, CPF nº 342.374.379-49, doravante denominada CONTRATANTE, e a **HURGE EMPREITEIRA EIRELI – EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.807.865/0001-34, sediada na Av. Ernani do Amaral Peixoto nº 327 Sala. 1104, CEP 24020-076, Niterói/RJ, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Jose Carlos Martendal, portador do CPF nº 674.725.679-49, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23080.063229/2016-83** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 329/UFSC/2016 – ARP nº 02/2017**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada para serviços de manutenção predial corretiva e preventiva nas edificações da Universidade Federal de Santa Catarina, relacionados com: esquadrias, piso cerâmicos, revestimento de paredes, louças e metais hidrossanitários e estruturas de concreto armado, incluindo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra qualificada para a plena execução do objeto, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.**

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Os serviços objeto deste contrato estão discriminados no **Anexo I** deste Termo de Contrato.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de **30/11/2017** e encerramento em **30/11/2018, sem direito a prorrogação.**

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 101.851,28 (cento e um mil, oitocentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos).**

3.2. O valor que a CONTRATANTE retribuirá à CONTRATADA pela prestação dos serviços será o valor unitário homologado para cada item objeto desta contratação, respeitando a sua unidade de medida, de acordo com a proposta comercial da CONTRATADA, multiplicado pela quantidade efetivamente utilizada no período.

3.3. No valor constante no item 3.1. estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

Programa de Trabalho: 12.364.2080.20RK.0042 e 12.364.2080.20RK.0042;  
Ptres: 108366 e 108371;  
Fonte: 0112000000 e 0100000000;  
Natureza: 339039.

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos na CONTRATANTE são realizados em conformidade com a Lei nº 8.666/1993 e conforme disponibilidade de recursos financeiros, pelo Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF), mediante crédito bancário, salvo:

5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, da Lei nº 8.666/1993, serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal/fatura.

5.2. O pagamento será efetuado pelo DCF no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento dos materiais/prestação do serviços e da nota fiscal/fatura, devidamente atestada, a qual deverá:

5.2.1. Ser emitida conforme as previsões legais e regulamentares vigentes, em 2 (duas) vias ou mais, com mesma razão social e número de inscrição no CNPJ/MF informados para a habilitação e oferecimento da proposta de preços, bem como deverá conter todos os dados necessários à perfeita compreensão do documento.

5.2.2. Conter registro da data de sua apresentação/recebimento e do servidor responsável por este em todas as suas vias, assim como, em mecanismo complementar de registro, como livro protocolo de recebimento, aviso de recebimento ou outro, quando houver.

5.3. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{TX}{100}$$

365

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**5.3.1.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

**5.4.** Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária (OB) para pagamento.

**5.5.** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, devidamente identificado, na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do prestador dos serviços.

**5.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária, nos termos da legislação aplicável.

**5.6.1.** Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

**5.6.2.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**5.7.** A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte da CONTRATADA.

**5.7.1.** O desconto de qualquer valor no pagamento devido a CONTRATADA será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

**5.8.** É vedado a CONTRATADA transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

**5.9.** Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tiver sido imposta em decorrência de inadimplência contratual.

**5.10.** No interesse da Administração poderá ocorrer a antecipação de pagamento, sendo este em duas hipóteses:

**5.10.1.** Por meio de correspondência com a antecipação da execução da obrigação, propiciando descontos para a CONTRATADA (artigo 40, XIV, 'd'). Calculado à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$D = I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de desconto;

D = Desconto por antecipação;

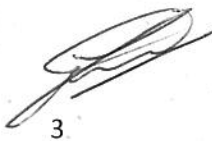
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento antecipado;

VP = Valor da parcela a ser antecipada.

**5.10.2.** Nas contratações internacionais, onde poderá prevalecer disposição especial a ser acordada entre as partes.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

**6.1.** O preço será fixo e irrevogável.



## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados ainda os seguintes requisitos:

7.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, **podendo optar** por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, no valor de **RS 5.092,56 (cinco mil noventa e dois reais e cinquenta e seis centavos)**, correspondente a 5%(cinco por cento) do valor total do contrato;

7.1.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- b) Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA; e
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber;

7.1.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 16.1.2., observada a legislação que rege a matéria;

7.1.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;

7.1.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

7.1.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.1.7. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

7.1.8. A garantia será considerada extinta:

a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) 30 (trinta) dias após o término da vigência do contrato, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

7.1.9. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

7.1.10. A garantia prevista nesta cláusula somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela CONTRATANTE, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa nº 4 SLTI/MPOG, de 19 de março de 2015.

7.2. A garantia que se refere esta cláusula terá seu valor reforçado a cada repactuação, devendo esse reforço acompanhar, na mesma medida, as majorações que forem feitas no valor do contrato.



## **8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.1. O regime de execução de serviços a serem executados pela CONTRATADA será o de **empreitada por preço unitário** e os materiais que serão empregados são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço concluído, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura/nota fiscal de serviços da Contratada, em conformidade com o § 8º do art. 36 da IN SLTI/MPOG nº 02/2008.

9.6. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada;

9.7. Autorizar o acesso às dependências da contratante, os empregados da empresa destinados a prestar os serviços contratados, desde que credenciados e devidamente identificados por crachá;

9.8. Efetuar diariamente, ou quando julgar necessário, inspeções nos locais que estão sendo realizados os serviços, com a finalidade de verificar as condições de conservação, manutenção, limpeza e asseio, bem como se os serviços estão sendo realizados dentro das condições e descrições pactuadas;

9.9. Encaminhar à Contratada a OS – Ordem de Serviço acerca do (s) serviço (s) a ser (em) executado (s), contendo informações como: número, descrição do problema, responsável no local, responsável pela autorização, responsável técnico pelo serviço, data, local, discriminação dos serviços com unidade e quantidade, entre outras.

9.10. Enviar fiscal ao local da solicitação dos serviços para atestar a realização dos mesmos.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência, de sua proposta e deste Termo de Contrato, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência, em sua proposta e neste Termo de Contrato.

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração.

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os art. 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando a Contratante autorizada a

descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

10.6. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva, quando for o caso.

10.7. Disponibilizar à Contratante, sempre que solicitado, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução serviço.

10.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

10.9. Apresentar, quando solicitado pela Contratante, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão.

10.10. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo Fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.

10.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Contratante.

10.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

10.13. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

10.14. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

10.19. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.

10.20. Disponibilizar endereço, números de telefone fixo, telefone móvel, fac-símile e e-mail que possibilitem contato imediato entre a Contratante e a Contratada, para emissão e envio da Ordem de Serviço – OS.

10.21. **A Contratada deverá iniciar o atendimento em até 24h (vinte e quatro) horas para os serviços normais e num prazo máximo de até 2 (duas) horas para serviços emergenciais a partir da emissão da OS pela Contratante, arcando com todas as despesas de estadia, alimentação, transporte, horas extras, adicionais e demais encargos inerentes à mão-de-obra e da aquisição de materiais.**

10.22. Arcar com todas as despesas de estadia, alimentação, transporte, horas extras, adicionais e demais encargos inerentes à mão-de-obra e da aquisição de materiais.

10.23. Relatar à fiscalização a necessidade de quaisquer outros serviços não constantes da OS, e eventuais problemas e/ou irregularidades constatados durante a execução dos serviços, cuja solução dependa de autorização para execução ou de providências por parte da Contratante.

- 10.24.** Executar os serviços que impliquem desligamentos de energia, e outros que possam comprometer o normal funcionamento dos serviços acadêmicos, em dias e/ou horários em que não houver expediente, quando solicitado.
- 10.25.** Manter vínculo empregatício formal com seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes ou mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada na legislação trabalhista, ficando ressalvado que a inadimplência da Contratada para com esses encargos, não transfere a Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 10.25.1.** A inadimplência da Contratada para com esses encargos não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 10.26.** Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com esta instituição, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- 10.27.** Apresentar a fiscalização da Contratante no momento da assinatura do contrato, o recolhimento junto ao CREA-SC da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o recolhimento junto ao CAU do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) relativa ao contrato e período de duração do mesmo. O descumprimento da apresentação da ART ou RRT implicará no não recebimento da primeira fatura.
- 10.28.** Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer profissional integrante das equipes de trabalho cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do Serviço Público.
- 10.29.** Apresentar seus empregados, na execução dos serviços ora contratados, devidamente uniformizados, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, nome e função, e exigir seu uso em local visível.
- 10.29.1.** A Contratada não poderá repassar os custos de quaisquer dos itens de uniforme e dos equipamentos de proteção individual aos seus empregados.
- 10.30.** Comprovar, sempre que solicitado pela Contratante, a quitação das obrigações trabalhistas.
- 10.31.** Fornecer transporte para todos os seus profissionais.
- 10.32.** Devolver à Contratante todo material removido que esteja em condições de utilização.
- 10.33.** Realizar limpeza periódica e final no local dos serviços e dar destino final apropriado aos resíduos, bem como remover equipamentos empregados nos serviços.
- 10.34.** Instruir todos os funcionários que prestarem serviços nas dependências da Contratante a zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, professores, alunos e visitantes.
- 10.35.** Elaborar o Relatório Técnico Mensal - RTM , caso solicitado pela CONTRATANTE, que deverá conter:
- 10.35.1.** Discriminação dos serviços executados, com identificação de equipe, equipamentos, data e local dos mesmos;
- 10.35.2.** Medições efetuadas ao término dos serviços;
- 10.35.3.** Resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período, incluindo falta de energia, greves, problemas no transporte etc;
- 10.35.4.** Resumo dos serviços executados com pendências, as razões de sua existência e os que dependam de solução por parte da Contratante;
- 10.35.5.** Relação de equipamentos, componentes e materiais substituídos por defeito ou desgaste;
- 10.35.6.** Sugestões sobre manutenção preventiva e corretiva ou modernizações cujas necessidades tenham sido constatadas.
- 10.36.** Responder por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados a Contratante e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho.

**10.37.** Manter sob a sua responsabilidade o Diário de Obras, onde serão registradas todas as ocorrências concernentes ao desenvolvimento dos trabalhos, caso solicitado pela CONTRATANTE.

**10.38.** Repor, no prazo máximo de cinco dias úteis, após a devida comprovação de responsabilidade, qualquer objeto da Contratante e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

**10.39.** Observar as recomendações apresentadas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO E ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**11.1.** Será admitida a subcontratação do item 07 e 08 do Quadro Estimativo. Este item corresponde a 0,22% do valor total.

**11.2.** A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.

**11.3.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**11.4.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Contratante à continuidade do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**

**12.1.** A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/1997.

**12.1.1.** A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

**12.2.** O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**12.3.** As disposições previstas neste subitem não excluem o disposto na Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização, constante do Anexo IV da IN SLTI/MPOG nº 02/2008.

**12.4.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

**12.5.** A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da IN SLTI/MPOG nº 02/2008, quando for o caso.

**12.6.** O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

**12.7.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o



estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

**12.8.** O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

**12.9.** Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações com dedicação exclusiva dos trabalhadores da CONTRATADA, exigir-se-á, dentre outras, as comprovações previstas no §5º do art. 34 da IN SLTI/MPOG nº 02/2008.

**12.10.** O fiscal do contrato também poderá solicitar ao preposto que forneça os seguintes documentos:

- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- e) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;
- f) Documentos comprobatórios da realização do pagamento de vale-transporte e auxílio alimentação em nome dos empregados, relativos ao período de execução contratual, para fins de conferência pela fiscalização.

**12.10.1.** Tais solicitações serão realizadas periodicamente, por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

**12.10.2.** Para tanto, conforme previsto no Termo de Referência, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações, bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

**12.10.3.** Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização.

**12.11.** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório, no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.

**12.12.** O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

**12.13.** A fiscalização de que trata este subitem não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

**12.14.** Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços ou em razão da dispensa de empregado vinculado à execução contratual, a CONTRATADA deverá entregar no prazo de 10 (dez) dias a seguinte documentação pertinente a cada trabalhador:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

**12.15.** Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

**12.16.** A designação dos fiscais e do gestor do Contrato dar-se-á mediante portaria ou ato normativo equivalente da administração da Universidade, juntado nos autos após a celebração do ajuste.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA que:

**13.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

**13.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto.

**13.1.3.** Fraudar na execução do contrato.

**13.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo.

**13.1.5.** Cometer fraude fiscal.

**13.1.6.** Não mantiver a proposta.

**13.2.** Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, aquele que:

**13.2.1.** Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura.

**13.2.2.** Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

**13.3.** A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

**13.3.1.** Advertência por escrito, na ocorrência de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos à CONTRATANTE.

**13.3.2.** Multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, a contratação será anulada.

- a) Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.

b) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**13.3.3.** Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

a) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

**13.3.4.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

**13.3.5.** Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

**13.3.6.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

**13.4.** Também fica sujeito às penalidades do art. 87, incisos III e IV da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA que:

**13.4.1.** Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

**13.4.2.** Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

**13.4.3.** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**13.5.** A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

**13.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**13.7.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO**

**14.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos art. 78 e 79 da Lei nº 8.666, de 1993, com as conseqüências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**14.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**14.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

**14.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**14.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.4.3.** Indenizações e multas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES**

**15.1** É vedado à CONTRATADA:

**15.1.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes CONTRATANTES poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CONTRATANTE à continuidade do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO


18.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Subseção Judiciária de Florianópolis (Seção Judiciária de Santa Catarina) - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Florianópolis, 30 de novembro de 2017.




Jair Napoleão Filho  
CPF: 342.374.379-49  
(Pró-reitor de Administração)




Jose Carlos Martendal  
CPF: 674.725.679-49  
(Representante legal)

**Jose Carlos Martendal**  
Hurge Empreiteira Ltda  
CNPJ: 21.807.865/0001-34

#### TESTEMUNHAS



Nome: GUILHERME FORTKAMP DA SILVEIRA  
CPF: 047.938.339-18



Nome: Maria C. de Souza  
CPF: 076.191.429-3



**ANEXO I**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT EMPENHO	TOTAL UNIT C/BDI (R\$)	Empenho (R\$)
	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>				
3	Fornecimento e colocação de tela em polietileno alaranjada, fixação com pontaletes de madeira, com reaproveitamento	m <sup>2</sup>	11,00	13,5600	149,16
	<b>ESCAVAÇÃO E ATERRO</b>				
4	Escavação manual	m <sup>3</sup>	9,00	33,5500	301,95
5	Reaterro manual com compactação mecanizada	m <sup>3</sup>	9,00	7,0000	63,00
	<b>CONCRETO ARMADO</b>				
8	Furo em concreto com coroas diamantadas, utilizando perfuratriz elétrica (faixa de diâmetro: 3/8 a 3/4" / profundidade 40 cm)	unid	2,00	145,0000	290,00
12	Demolição de concreto simples	m <sup>3</sup>	2,00	205,0000	410,00
13	Demolição de concreto armado com utilização de rompedor	m <sup>3</sup>	4,00	380,0000	1.520,00
14	Fornecimento e montagem de forma em chapas de madeira compensada resianda com espessura de 17 mm para vigas de concreto armado. Inclui desmoldagem. Exclui escoramento.	m <sup>2</sup>	11,00	66,9300	736,23
15	Fornecimento e montagem de forma em chapas de madeira compensada resianda com espessura de 25 mm para pilares de concreto armado. Inclui desmoldagem. Exclui escoramento.	m <sup>2</sup>	1,00	70,0000	70,00
16	Fornecimento e montagem de escoramento formas 1,5 a 5,00 metro aproveitamento 2 vezes	m <sup>2</sup>	7,00	15,0000	105,00
18	Forneimento e armação de armadura Aço CA - 50 , diâmetro 6,3 mm - fornecimento/corte (c/ perda de 10%)/dobra/colocação	kg	6,00	11,0000	66,00
19	Forneimento e armação de armadura Aço CA - 50 , diâmetro 8 mm - fornecimento/corte (c/ perda de 10%)/dobra/colocação	kg	41,00	10,2700	421,07
21	Forneimento e armação de armadura Aço CA - 60 , diâmetro 4,2 mm - fornecimento/corte (c/ perda de 10%)/dobra/colocação	kg	3,00	10,5000	31,50
24	Forneimento e concretagem de vigas e lajes, fkc=20 MPa - lançamento, adensamento e acabamento	m <sup>3</sup>	5,00	487,0000	2.435,00
25	Forneimento e reparo/colagem de estruturas de concreto com adesivo estrutural a base de epoxi	m <sup>2</sup>	1,00	171,0000	171,00
	<b>ALVENARIAS</b>				
26	Demolição alvenaria de tijolos	m <sup>3</sup>	7,00	78,0000	546,00
31	Fornecimento e execução de alvenaria de tijolos 9 cm x 19 cm x 20 cm , assentado em argamassa traço 1:4 (cimento e areia)	m <sup>2</sup>	38,00	70,0000	2.660,00
35	Fornecimento e execução de muro de pedra argamassada, incluindo argamassa, traço 1:4 (cimento e areia)	m <sup>3</sup>	3,00	489,4000	1.468,20
	<b>ESQUADRIAS DE MADEIRA DE LEI DE 1ª QUALIDADE</b>				
37	Remoção de portas	unid	9,00	9,4300	84,87
38	Retirada de batentes de madeira	unid	1,00	45,5600	45,56

39	Recolocação de folha de porta de passagem ou janela, considerando reaproveitamento do material	unid	3,00	72,2600	216,78
40	Fornecimento e execução de contramarco em alumínio, barra de 6m com 1,2 Kg	m	4,00	8,0000	32,00
41	Fornecimento e instalação de batente e guarnição para porta de madeira (largura de 80 cm a 110 cm; altura de 210 cm)	m	6,00	85,2600	511,56
42	Fornecimento e instalação de porta externa maciça, tipo mexicana 90 cm x 210 cm, espessura 3,5 cm e incluso dobradiças em aço 3.1/2"x3"	pç	4,00	712,0000	2.848,00
46	Fornecimento e instalação de kit de porta de madeira, semi-oca, 80x210cm, e = 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, batente, fechadura com execução do furo.	pç	2,00	502,0000	1.004,00
47	Fornecimento e instalação de kit de porta de madeira, semi-oca, 90x210cm, e = 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, batente, fechadura com execução do furo.	pç	1,00	529,0000	529,00
48	Fornecimento e instalação de porta interna de compensado lisa para verniz/cera 120 cm x 210 cm, 2 folhas incluso aduela 1A, alizar 1A e ferragens, ref. La Fonte ou similar	pç	1,00	621,2500	621,25
50	Fornecimento e instalação de folha de porta semi-oca, revestida em fórmica - 80x210, incluso dobradiças	pç	2,00	361,2300	722,46
51	Fornecimento e instalação de folha de porta semi-oca, revestida em fórmica - 90x210, incluso dobradiças	pç	1,00	394,6900	394,69
55	Fornecimento e pintura com tinta esmalte sintético em esquadria de madeira, com duas demãos, sem massa corrida	m <sup>2</sup>	18,00	21,0000	378,00
<b>FERRAGENS, METAIS E ACESSÓRIOS</b>					
57	Fornecimento e instalação de fechadura de embutir para portas com maçaneta tipo alavanca e roseta em alumínio, testa e contra-testa em aço inoxidável, com cilindro em latão maciço, tráfego intenso ou equivalente técnico e deve ter selo do produto inclusivo, pelo instituto brasil acessível.	unid	5,00	88,0000	440,00
61	Fornecimento e instalação de roldana fixa dupla de latão com rolamento para porta ou janela de correr	pç	4,00	37,0000	148,00
63	Fornecimento e instalação parafuso de aço zincado e bucha de fixação S8	pç	9,00	0,6000	5,40
<b>INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS</b>					
64	Remoção de louça sanitária para reaproveitamento	pç	11,00	18,1000	199,10
65	Remoção: metal hidráulico (torneira, válvula, torneira-bóia, ducha manual, sifão, tubo de ligação, registros, engates)	pç	10,00	4,5000	45,00
66	Execução de rasgo em alvenaria p/ tubulações 32 mm (1 1/4") a 50 mm (2")	m	6,00	8,0000	48,00
67	Execução de rasgo em alvenaria p/ tubulações 65 mm (2 1/2") a 100 mm (4")	m	5,00	12,1000	60,50
68	Execução de enchimento de rasgo com fornecimento de argamassa mista de cal hidratada e areia sem peneirar traço 1:4 com adição de 150 kg de cimento para tubulação 32 mm (1 1/4") a 50 mm (2")	m	4,00	7,0000	28,00
69	Execução de enchimento de rasgo com fornecimento de argamassa mista de cal hidratada e areia sem peneirar traço 1:4 com adição de 150 kg de cimento para tubulação 65 mm (2 1/2") a 100 mm (4")	m	6,00	11,0000	66,00
72	Fornecimento e instalação de caixa d'água polietileno 2.000 litros	pç	1,00	740,0000	740,00

80	Fornecimento e instalação de adaptador curto com bolsa e rosca em pvc soldável com flanges e anel Ø 25 mm x 3/4"	pç	3,00	4,9000	14,70
81	Fornecimento e instalação de adaptador curto com bolsa e rosca em pvc soldável com flanges e anel Ø 32mm x 1"	pç	1,00	5,6000	5,60
85	Fornecimento e instalação de tubo de PVC 40mm para esgoto	m	2,00	13,7900	27,58
86	Fornecimento e instalação de tubo de PVC 50mm para esgoto	m	5,00	9,0000	45,00
87	Fornecimento e instalação de tubo de PVC 75mm para esgoto	m	6,00	14,5200	87,12
88	Fornecimento e instalação de tubo de PVC 100mm para esgoto	m	20,00	18,2400	364,80
89	Fornecimento e instalação de luva PVC p/ esgoto 40mm	pç	2,00	7,0000	14,00
91	Fornecimento e instalação de luva PVC p/ esgoto 75mm	pç	1,00	10,5200	10,52
92	Fornecimento e instalação de luva PVC p/ esgoto 100mm	pç	3,00	13,4900	40,47
100	Fornecimento e instalação de junção simples/invertida 100x75	pç	5,00	30,0000	150,00
102	Fornecimento e instalação de joelho 90° PVC p/ esgoto 40mm	pç	3,00	6,5000	19,50
103	Fornecimento e instalação de joelho 90° PVC p/ esgoto 50mm	pç	11,00	9,0000	99,00
104	Fornecimento e instalação de joelho 90° PVC p/ esgoto 75mm	pç	3,00	13,7500	41,25
105	Fornecimento e instalação de joelho 90° PVC esgoto 100mm	pç	2,00	18,1100	36,22
108	Fornecimento e instalação de joelho 45° PVC p/ esgoto 75mm	pç	10,00	14,6600	146,60
111	Fornecimento e instalação de luva de redução PVC p/ esgoto 75x50mm	pç	11,00	13,0000	143,00
119	Fornecimento e instalação de grelha inox redonda/quadrada Ø 100	pç	1,00	20,5400	20,54
<b>APARELHOS SANITÁRIOS E METAIS</b>					
123	Fornecimento e instalação de vaso sanitário com caixa aclopada, ref. DECA ou similar, cor branco gelo	pç	1,00	350,0000	350,00
124	Fornecimento e instalação de parafuso de metal cromado p/ fixação de vaso sanitário	pç	2,00	12,3000	24,60
125	Fornecimento e instalação de tampo para vaso sanitário, DECA ou similar	pç	2,00	22,0000	44,00
127	Fornecimento e instalação de anel de vedação para vaso sanitário	pç	1,00	16,2400	16,24
129	Fornecimento e instalação de acabamento para válvula de descarga, ref. DOCOL ou similar	pç	7,00	60,8600	426,02
132	Fornecimento e instalação de válvula de saída cromada para lavatório	pç	1,00	13,6400	13,64
135	Fornecimento e instalação de engate flexível de plástico para lavatório 1/2" x 40 cm	pç	3,00	8,5000	25,50
138	Fornecimento e instalação de Sifão de PVC, cor branca, flexível, haste regul. para lavatório e pia	pç	3,00	9,1000	27,30
139	Fornecimento e instalação de cuba de embutir oval Louça Branca 35x50 cm ref. CELITE ou similar	pç	3,00	118,0000	354,00
140	Fornecimento e instalação de torneira cromada para lavatório, fechamento automático, ref. DOCOL ou similar	pç	3,00	199,0000	597,00
142	Fornecimento e instalação de porta papel higiênico tamanho grande - padrão UFSC	pç	2,00	64,0000	128,00

143	Fornecimento e instalação de porta toalha de papel - padrão UFSC	pç	2,00	64,0000	128,00
144	Fornecimento e instalação e fornecimento de dispenser para sabonete líquido incluindo reservatório com 800ml	pç	1,00	60,0000	60,00
145	Fornecimento e instalação de espelho cristal para sanitário, esp.4mm, com moldura 2cm	m²	1,00	250,0000	250,00
146	Fornecimento e instalação de bancada de granito cinza polido para lavatório 0,50 x 0,60 m - fornecimento e instalação.	m	3,00	179,0000	537,00
147	Fornecimento e instalação de bancada de granito cinza polido para pia de cozinha 1,50 x 0,60 m - fornecimento e instalação.	m	5,00	342,0000	1.710,00
148	Fornecimento e instalação de torneira metálica, bica móvel, com arejador para bancada, ref.DECA ou similar	pç	1,00	81,0000	81,00
149	Fornecimento e instalação de cuba em aço inox 40x34x12cm, incluso válvula e ladrão	pç	1,00	118,0000	118,00
<b>APARELHOS SANITÁRIOS E METAIS - PNE</b>					
151	Fornecimento e instalação torneira de mesa com acionamento automático temporizado por pressão, com arejador, modelo pressmatic benefit cód. 00490706 acabamento cromado, marca docol ou equivalente técnico.	un	1,00	550,0000	550,00
152	Fornecimento e instalação de scabamento válvula descarga pne com registro integrado e alavanca, benefit cromada 184906 – docol ou similar	un	10,00	528,0000	5.280,00
155	Fornecimento e instalação de barras metálicas retas, de comprimento 80cm, em aço inoxidável escovado para pne. deverão atender NBR 9050/2004. referência comercial: phd, código ean 901 ou equivalente técnico.	un	8,00	720,0000	5.760,00
156	Fornecimento e instalação de puxador para porta pne, em aço inox escovado, 50cm	un	1,00	170,0000	170,00
157	Fornecimento e instalação de bacia sanitária pne com tubo de ligação cromado, anel de vedação, assento plástico e acessórios referência linha vogue plus, cód. p510 da deca ou equivalente técnico, na cor branco	un	1,00	904,0000	904,00
158	Fornecimento e instalação de lavatórios de suspenso, na cor branco gelo. referência comercial: deca, izy, cor branco gelo ou equivalentes técnicos. incluso sifão metálico regulável para lavatório ø 1 1/4" acabamento cromado ref. deca cód. 1680.c.112 ou equivalente técnico	un	1,00	285,0000	285,00
<b>REVESTIMENTO DE PAREDE</b>					
159	Remoção de reboco	m²	50,00	8,0000	400,00
160	Fornecimento e execução de chapisco aplicado tanto em pilares e vigas de concreto como em alvenarias de paredes internas, com colher de pedreiro. argamassa traço 1:3 com preparo em betoneira 400l.	m²	147,00	3,4700	510,09
161	Fornecimento e execução de emboço ou massa única em argamassa traço 1:2:8, preparo mecânico, aplicada manualmente em panos de fachada com presença de vãos, espessura de 25 mm.	m²	123,00	35,0000	4.305,00
162	Fornecimento e colocação de Azulejo, ref. Eliane ou similar, 30x40cm, incluso rejuntamento	m²	82,00	63,9200	5.241,44
164	Fornecimento e colocação de pastilha de cerâmica 5x5 cm colorida, alinhadas a prumo, assentada com argamassa ACIII pré-fabricada de cimento colante	m²	1,00	136,0000	136,00
<b>REVESTIMENTO DE PISO</b>					



165	Remoção de piso cerâmico	m <sup>2</sup>	334,00	12,3700	4.131,58
166	Remoção de azulejo	m <sup>2</sup>	75,00	5,0000	375,00
167	Remoção de piso vinílico	m <sup>2</sup>	37,00	5,0000	185,00
168	Remoção de carpet	m <sup>2</sup>	50,00	3,0000	150,00
169	Remoção de tacos de madeira	m <sup>2</sup>	12,00	5,0000	60,00
173	Demolição de camada de assentamento/contrapiso com uso de ponteiro	m <sup>2</sup>	40,00	24,1000	964,00
174	Fornecimento de massa para rejunte e rejuntamento de pisos e azulejos	m <sup>2</sup>	29,00	12,6200	365,98
175	Fornecimento e execução de contrapiso em argamassa traço 1:4 (cimento e areia), preparo mecânico, acabamento reforçado	m <sup>3</sup>	4,00	422,5200	1.690,08
176	Fornecimento e colocação de piso cerâmico extra 45 cm x 45 cm PEI-4 antiderrapante, ref. Eliane explorer Gray RE ou similar, incluindo rejuntamento	m <sup>2</sup>	3,00	33,8500	101,55
177	Fornecimento e colocação de piso cerâmico extra 45 cm x 45 cm PEI-5 , incluindo rejuntamento	m <sup>2</sup>	480,00	34,0000	16.320,00
180	Assentamento de porcelanato com massa de assentamento, com rejuntamento e sem porcelanato	m <sup>2</sup>	68,00	16,0000	1.088,00
181	Fornecimento e colocação de rodapé cerâmico de 7cm de altura com placas tipo grês de dimensões 35x35cm	m	1,00	4,6400	4,64
182	Fornecimento e colocação de rodapé cerâmico de 7cm de altura com placas tipo grês de dimensões 45x45cm	m	124,00	5,1800	642,32
183	Fornecimento e instalação de rodapé de madeira de lei 7cm	m	92,00	11,6600	1.072,72
184	Fornecimento e assentamento de rodapé em granito 10cm, assentado com argamassa mista	m	3,00	72,3000	216,90
185	Fornecimento e assentamento de soleira granito polido 15cm, assentado com argamassa mista	m	4,00	68,5000	274,00
186	Fornecimento e assentamento de piso tátil-facil alerta, andaluz acessibilidade de alta resistência, espessura de 5 mm, aplicação com gabarito, fixação com cola sista ft 101.	m <sup>2</sup>	30,00	192,3000	5.769,00
187	Fornecimento e assentamento de piso tátil-facil direcional, andaluz acessibilidade de alta resistência, espessura de 5 mm, aplicação com gabarito, fixação com cola sista ft 101.	m <sup>2</sup>	60,00	192,3000	11.538,00
<b>LIMPEZA FINAL DA OBRA</b>					
192	Execução de serviço de carga manual de entulho para containers	m <sup>3</sup>	39,00	19,9000	776,10
193	Fornecimento e execução de serviço de remoção de entulhos em containers p/ fora UFSC	und	24,00	165,0000	3.960,00
194	Execução de limpeza final no local dos serviços	m <sup>2</sup>	780,00	2,3800	1.856,40
<b>Total</b>					<b>R\$ 101.851,28</b>

*Jose Carlos Martendal*  
Hurge Empreiteira Ltda  
CNPJ: 21.807.865/0001-34





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Projetos, Contratos e Convênios - DPC  
Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Trindade  
CEP: 88040-900 - Florianópolis - SC  
Telefone: (48) 3721-9320 - Fax: (48) 3721-8422  
E-mail: dpc@contato.ufsc.br

PORTARIA Nº 264/CCF/2017 DE 30 de Novembro de 2017.

O(A) Diretor(a) do Departamento de Projetos, Contratos e Convênios,  
no uso de suas atribuições, delegadas pela Portaria nº 1005/GR/2016,

**R E S O L V E:**

**DESIGNAR** o(s) servidor(es) abaixo relacionados, para fiscalizar e acompanhar os serviços prestados pela Instituição/Empresa HURGE EMPREITEIRA EIRELI - EPP - Processo nº 23080.063229/2016-83 - Contrato nº 00264/2017.

**AUGUSTO ROMERO MONTEIRO**  
Engenheiro/área, CPF 06.054.719.912  
DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO PREDIAL E DE INFRAESTRUTURA - DMPI/

---

**Ulisses Irai Zilio**  
Diretor Departamento de Projetos,  
Contratos e Convênios  
DPC/PROAD  
Portaria 1005/2016/GR

